

2. Em memória do rei.

Era manhã do dia 7 de março de 1808 quando os habitantes da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foram surpreendidos pelos tiros das fortalezas que defendem a baía da Guanabara, avisando que se aproximavam os navios da esquadra real portuguesa, trazendo a rainha D. Maria I e o Príncipe Regente D. João. Mas, faço mal se digo que a população da cidade foi surpreendida. Há muito que ela esperava tais sinais. Desde que, em 14 de janeiro, o brigue *Voador* chegara a esta cidade com a notícia de que toda a Família Real, e muitos nobres da corte portuguesa, haviam embarcado com destino ao Rio de Janeiro em 29 de novembro do ano anterior. Logo a 17 de janeiro, as fortalezas deram, pela primeira vez, aqueles mesmos sinais, avisando que chegava a esquadra real. Naquela ocasião, no entanto, chegava apenas uma parte dela, separada do restante por uma tempestade no dia 9 de janeiro. Eram as naus que traziam a Princesa do Brasil D. Maria Francisca Benedita e a infanta D. Mariana (irmãs de D. Maria I) e as infantas D. Maria Francisca e D. Isabel Maria (filhas de D. João). Entre decepcionado e temeroso por não saber *que fim havia levado* as naus que traziam a rainha e o príncipe regente, os habitantes do Rio de Janeiro receberam, dois dias depois da chegada das infantas, a notícia de que os soberanos portugueses haviam desembarcado sãos e salvos dos perigos da travessia do Oceano Atlântico, na cidade do Salvador, em 21 de janeiro. Depois de mais de um mês de estada na Bahia, naquela manhã de 7 de março, quando as fortalezas voltaram a dar as salvas de tiros, eram realmente as naus trazendo D. Maria I e D. João que chegavam ao Rio de Janeiro.

O padre Luís Gonçalves dos Santos, também conhecido como Padre Perereca, nas suas *Memórias para servir à história do Reino do Brasil*, narra o acontecimento baseando-se na autoridade de quem diz tê-lo presenciado, e mostrando-o como um evento extraordinário na vida dos habitantes da cidade:

“Com efeito, apenas, ao romper do feliz, e sempre memorável dia 7 de março, se fizeram da barra os sinais determinados, anunciando a chegada da real esquadra, toda a cidade, concebendo o maior, e mais vivo contentamento, se pôs logo em alvoroço, movimento e confusão. Suspenderam-se todos os trabalhos, tanto públicos, como particulares, fecharam-se quase todas as lojas, e tendas e

grande parte das casas ficaram despovoadas dos seus moradores; quais correram para os altos, donde se avistava a barra, outros procuraram as praias fronteiras à mesma, estes buscavam embarcações para sair ao mar ao encontro do seu príncipe, e senhor, (...) aqueles se ocupavam em adereçar as casas para os novos hóspedes, os soldados corriam para os seus quartéis, os milicianos para as portas dos seus chefes; enfim, tanto em terra, como no mar se divisavam os mais decisivos sinais de um contentamento inexplicável”.¹

Pressionado pela ameaça de uma invasão de Portugal por tropas francesas, por um lado; e pelos interesses comerciais do tradicional aliado britânico, por outro; o plano de transferência para a América se apresentou, no final de 1807, como a melhor alternativa para preservar a monarquia portuguesa. O julgamento posterior sobre a transferência da Família Real Portuguesa para o Brasil oscilou, ao longo do tempo, entre a sua consideração como uma cartada política genial, que salvou o reino e preservou a monarquia, por um lado; e uma decisão repentina, adotada como recurso extremo e irrefletido em um momento de pânico incontrolável, por outro.² O padre Luís Gonçalves dos Santos alia-se ao primeiro grupo e, no intuito de enaltecer a decisão do monarca português, afirma que o clima de confusão e aparência de fuga de que teria se revestido o embarque da Família Real em Lisboa, ocorreu devido ao “inesperado” da invasão dos franceses, que teriam “entrado com formidável exército pela fronteira do Reino com aparência de amizade, e sob o pretexto de auxílio contra os ingleses”.³ Mas, ao imprevisto do embarque no reino sucederam-se as festividades pela chegada da Família Real na colônia. Para Gonçalves dos Santos, a presença do Rei no Rio de Janeiro compensava a perda de Portugal para os franceses:

“Todos enfim lamentam a desgraça da Nação, e temem um horroroso futuro de males; porém ao mesmo tempo mitigava, e suavizava a geral consternação o contentamento, que simultaneamente todos sentiam pela salvação de Sua Alteza, e da real família, e pela venturosa sorte, que nos coube de vermos brevemente o nosso amado príncipe, e que fosse a nossa cidade, com preferência a outra qualquer de seus domínios, escolhida por S. A. para assento da sua Corte no Brasil”.⁴

¹ SANTOS, L. G. dos, *Memórias para servir à história do Reino do Brasil*, tomo 1, p. 174.

² Para o historiador e diplomata brasileiro Oliveira Lima (1867-1928), podia dizer-se que a transferência da sede da monarquia portuguesa para a sua colônia americana “era um alvitre amadurecido, porquanto invariavelmente lembrado em todos os momentos difíceis atravessados pela independência nacional” (LIMA, O., *D. João VI no Brasil*, p. 43); enquanto que, para o historiador português Oliveira Martins (1845-1894), o embarque no cais de Lisboa assumiu o aspecto do “levantar de uma feira” (MARTINS, O., *História de Portugal*, p. 516), com cortesãos correndo pelas ruas e cada um procurando salvar-se a qualquer custo sem se preocupar com as outras pessoas.

³ SANTOS, op. cit., tomo 1, p. 167.

⁴ *Ibid.*, p. 168.

Nas suas *Memórias*, o Padre Santos tem a intenção de fazer a crônica daqueles que ele considera os principais atos administrativos de D. João durante a sua permanência no Brasil.⁵ Mas, pelo tom superlativo e pela profusão de adjetivos que utiliza, percebe-se logo que o registro objetivo de fatos a que sua obra se propõe transforma-se, desde o início, em um panegírico do governo de D. João. Todas as medidas tomadas por aquele monarca são avaliadas por Gonçalves dos Santos como acertadas e necessárias para tirar a cidade do estado de *barbárie* a que a situação de colônia a condenava. Dessa forma, com a vinda do Príncipe Regente ao Rio de Janeiro teria tido início uma *Época de Felicidade* à qual se sucede uma *Época de Honra* e outra de *Glória* para a história do Brasil, segundo avaliação do padre cronista e consoante a divisão que este propõe à sua obra:

“Dividi-a em três épocas: na primeira – da Felicidade – narro a venturosa vinda d’El-Rei N. S. com toda a real família (sendo Príncipe Regente) para os seus Estados do Brasil; (...) na segunda – da Honra – menciono a elevação do Brasil a categoria de Reino Unido aos de Portugal, e Algarves, e quanto este rasgo da mais iluminada política foi aplaudido, não só pelos brasileiros, mas também por todas as potências da Europa; na terceira – da Glória – relato a sempre memorável, e gloriosa aclamação do augusto senhor D. João VI, primeiro soberano, que no Novo Mundo cingiu a Coroa; e os públicos testemunhos de um prazer sem igual, que o Rio de Janeiro prestou a S. M. no faustíssimo dia 6 de fevereiro de 1818”.⁶

Porém, para outros autores que escreveram sobre o período joanino, essa não foi uma época de Felicidade, Honra, ou tampouco Glória para o Brasil. Escrevendo já no período republicano da nossa história, na quarta ou quinta década do século XX, o cronista e imortal da Academia Brasileira de Letras Luiz Edmundo (1878-1961), faz uma imagem de D. João, e do seu período de governo no Rio de Janeiro, muito diversa da que faz o Padre Perereca. Com menos elogios e mais imaginação, Edmundo praticamente segue a narrativa de Perereca da chegada de Dom João ao Rio de Janeiro (o mesmo dia de sol, a mesma correria dos habitantes para o cais, etc.), inclusive citando-o, mas não sem uma ponta de ironia:

“Padre Gonçalves dos Santos, que assistiu ao quadro de perto, na sua literatura de confeitos e água-de-flor-de-laranjeira, escreve, deslumbrado: ‘parecia

⁵ Luís Gonçalves dos Santos nasceu no Rio de Janeiro, a 25 de abril de 1767. Em 1794, recebeu as ordens sacras e decorridos dois anos ascendeu ao presbiterado. Foi professor de Gramática Latina no Seminário da Lapa, no Rio de Janeiro, aposentando-se em 1825 por motivo da surdez que o impossibilitava de exercer o magistério. Quando, então, termina de escrever as suas *Memórias*, iniciadas em 1820. Faleceu a 1 de dezembro de 1844, aos 77 anos de idade.

⁶ SANTOS, op. cit., tomo 1, p. 34.

até que o Astro brilhante, afastando de si todo o obstáculo, como que se regozijava de presenciar o triunfo do Primeiro Soberano da Europa...’

Esse padre Santos...’.⁷

O mesmo tom irônico é usado por Edmundo sempre que se refere à narrativa de Gonçalves dos Santos, e se faz perceber também na sua descrição do misto de expectativa e alegria dos colonos pela chegada do seu monarca:

“Que alegria no rosto, e nalma dessa gente! E não há razão para tanto? Aquelas naus amigas, que os ‘fiéis vassalos da América’ vêm dançando, longe, por sobre as ondas verdes e assustadas, não são, apenas, bojos a conduzir magníficos senhores. Trazem, elas, além de uma rainha, príncipes de sangue real e uma corte disposta a estarrecer e encantar os filhos desta asselvajada terra, coisa bem maior, bem melhor para o triste colono, até então esquecido - a promessa de uma existência a vir, mais humana, mais livre, a esperança de bens que ele jamais fruiu, porém sabe que existem - em outras plagas, onde ao pé da proteção de um Deus, há o carinho de um rei...

Que a vida na colônia, para o nativo, é uma vida de Inferno”.⁸

A ironia da narrativa de Edmundo está na passagem da alegria dos colonos de ter entre si o seu *amado príncipe e senhor*, motivo de “felicidade para os brasileiros, e para todos os portugueses”,⁹ à frustração daquela esperança de que ele lhes traria dias melhores. Ele procura explicitar o que o Padre Perereca deixa encoberto na sua crônica. A *vida de inferno* que se levava na colônia era culpa daquele mesmo monarca que então chegava ao Rio de Janeiro.

A disputa pela memória do reinado de D. João se desdobra numa disputa pela memória dos efeitos daquele reinado na história da cidade. O Padre Perereca se dedica, na Introdução da sua obra, a fazer a descrição do estado em que se encontrava o Rio de Janeiro às vésperas da chegada de D. João reiterando, durante essa descrição, a velocidade e o tamanho da mudança pela qual passou a cidade a partir de então, no intuito de ressaltar as benfeitorias trazidas à cidade pela presença do Príncipe-Regente. Da descrição do Rio de Janeiro pré-joanino que faz o Padre Perereca sobressai a idéia de que a cidade era, em 1808, um lugar inadequado para receber a Família Real e a Corte Portuguesa. E por isso seria modificado pela presença e pela providência de D. João.

Para Luiz Edmundo, ao contrário, nem a cidade do Rio de Janeiro, e muito menos o Brasil, iria se beneficiar da estada de D. João por essas plagas. Na visão do cronista republicano, o Rio de Janeiro, que já não havia sofrido melhoria de

⁷ EDMUNDO, L., *A Corte de D. João no Rio de Janeiro*, p. 70.

⁸ *Ibid.*, p. 72.

⁹ SANTOS, *op. cit.*, tomo 1, p. 168.

nenhum tipo durante todo o período colonial da sua história, vai se manter igual também durante todo o período joanino (e mesmo depois, como veremos mais adiante). Para corroborar sua argumentação, Edmundo recorre ao depoimento de um estrangeiro que viveu no Brasil no início do século XIX: “A cidade (...) ainda inspirava nos fins do primeiro reinado, ao inglês Luccock, esta classificação, aliás bem humilhante e triste para nós: ‘a mais imunda associação humana vivendo sob a curva do céu’...”¹⁰ Porém, na ânsia de legitimar a sua opinião de que nada mudou na cidade com a permanência aqui da Corte Portuguesa, Edmundo comete um erro crasso que, a meu ver, nada tem de inocente. O fato é que o comerciante inglês John Luccock não passou pelo Brasil no fim do primeiro reinado. Antes, viveu aqui entre 1808 e 1818. E sua afirmação, citada por Edmundo, se refere à cidade como ele a encontrou à época de sua chegada ao Brasil.

Entre uma visão e outra, pouco mais de 100 anos de distância. Tempo suficiente para que diferentes projetos de futuro e de nação alterassem a compreensão e a interpretação do passado. De capital da colônia a Corte e capital do Império Português, o Rio de Janeiro na época do rei vai passar por uma série de transformações que mais tarde seriam esquecidas, apagadas ou olvidadas.¹¹

2.1 A memória do presente.

Podemos descartar, logo de saída, como justificativa para explicar tamanha discrepância entre duas narrativas que tratam de um mesmo período histórico, dos mesmos acontecimentos e das mesmas personagens, como são as do Padre Luís Gonçalves dos Santos e de Luiz Edmundo, a idéia de que uma estaria mais próxima da veracidade dos fatos por ser praticamente contemporânea a eles, enquanto a outra, afastada dos fatos por mais de cem anos de distância, estaria mais sujeita a *imprecisões*. A meu ver, deve-se descartar essa *pretensão de objetividade* por parte das narrativas e sugerir outra razão para que os autores cheguem ao ponto de *torcer* os fatos, como o faz Edmundo ao citar Luccock, para justificar a sua visão do período.

¹⁰ EDMUNDO, op.cit., p. 610.

¹¹ Para uma interessante diferenciação entre esquecer e olvidar sugiro a leitura de ROSSI, P., “Ricordare e Dimenticare”, in: *Il passato, la memória, l’oblio*: sei saggi di storia delle idee, p. 13 a 34.

Encontramo-nos, penso eu, diante de uma disputa entre duas diferentes *memórias* do período joanino. Nesse ponto, é importante lembrar, em primeiro lugar, que a memória é não um registro objetivo de acontecimentos passados, mas uma *construção feita a partir do presente* de quem lembra. Como nos diz David Lowenthal:

“Ao contrário do estereótipo do passado relembado como imutavelmente fixo, recordações são maleáveis e flexíveis; aquilo que parece haver acontecido passa por contínua mudança. Quando recordamos, ampliamos determinados acontecimentos e então os reinterpretemos à luz da experiência subsequente e da necessidade presente. (...) Acima de tudo, a memória transforma o passado vivido naquilo que posteriormente pensamos que ele deveria ter sido, eliminando cenas indesejáveis e privilegiando as desejáveis”.¹²

Construção que implica sempre uma *seleção* e uma *reinterpretação* dos fatos passados. A memória é uma representação seletiva do passado. Seu atributo mais imediato, segundo Henry Rousso, “é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao ‘tempo que muda’, às rupturas que são o destino de toda vida humana”.¹³ Essa resistência à alteridade ao longo do tempo é um elemento constitutivo do que se costuma chamar de *identidade* de indivíduos e coletividades.¹⁴ A memória constitui, portanto, um elemento essencial da constituição de identidades. Seleciona-se, dentre os fatos do passado, aqueles que seriam importantes de serem lembrados por ajudar a construir a nossa identidade presente.

Devido a essa sua *flexibilidade*, a memória coletiva, nos informa Jacques Le Goff, foi manipulada de forma freqüente na luta das forças sociais pelo poder, tornando-se uma aliada poderosa dos grupos sociais detentores do poder na sua intenção de preservá-lo ou reforçá-lo. Desde a Antiguidade, os reis criavam instituições de memória (arquivos, bibliotecas, museus) e promoviam um *programa de memorização* do qual constituíam o centro, gravando na pedra os anais onde narravam os seus feitos e estabelecendo quais datas e fatos seriam comemorados e quais seriam subtraídos da memória coletiva. Criavam, dessa forma, uma *memória oficial* do seu reinado. Os esquecimentos e os silêncios da

¹² LOWENTHAL, D., “Como conhecemos o passado”. *Projeto História: Trabalhos da Memória*. p. 97/98.

¹³ ROUSSO, H., “A memória não é mais o que era”. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (org.). *Usos e Abusos da História Oral*, p. 94.

¹⁴ Entendida como a imagem que uma pessoa ou coletividade faz de si mesma, e que apresenta para si e para os outros.

história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. Como diz Le Goff, “tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”.¹⁵

Também D. João, na sua passagem pelo Brasil, procura construir uma memória oficial do seu reinado. Em primeiro lugar, pela manutenção de um vasto calendário comemorativo de festas em louvor da monarquia.¹⁶ Eram comemorados, em grandes cerimônias públicas, eventos ordinários como os aniversários da rainha, do príncipe-regente e dos demais membros da família real. E extraordinários como nascimentos e funerais (como no caso do funeral de D. Maria I, em 1816), o desembarque da família real portuguesa em solo americano, o casamento de D. Pedro, em 1817, a coroação de D. João, em 1818, ou mesmo a *entrada* de altos funcionários da monarquia como o núncio apostólico.¹⁷ O padre Luís Gonçalves dos Santos descreve detalhadamente muitas daquelas comemorações, como o primeiro aniversário de D. João comemorado no Brasil, dois meses após a sua chegada, a 13 de maio de 1808:

“A todos é notório com quanto prazer público e aparato militar se costumava festejar nesta capital do Brasil o faustíssimo dia 13 de maio, em o qual, para felicidade da nação portuguesa, o céu nos concedera o nosso augusto Príncipe Regente, o senhor d João; mas neste ano de 1808, neste abençoado dia, (...) as demonstrações da nossa obediência, e vassalagem foram exibidas com superior pompa militar, e cortesã: com razão, pois tínhamos presente aos nossos olhos o soberano objeto dos nossos aplausos (...) Apenas, pois os primeiros resplendores do sol alumiarão o horizonte, quando as fortalezas, e navios de guerra portugueses, e britânicos, surtos no porto, se embandeiraram, dando uma salva real em anúncio de que este dia era um dia de glória para todos os portugueses”.¹⁸

A descrição do padre cronista continua com as salvas de vinte um tiros do parque de artilharia postado no Largo do Paço especialmente para a ocasião, a

¹⁵ LE GOFF, J. “Memória”, in: *História e Memória*, p. 422.

¹⁶ Como ressaltou Jacques Le Goff, instrumento de medida do tempo individual e coletivo, o calendário é também um dos grandes emblemas e instrumentos do poder religioso ou laico. A instituição e a reforma dos calendários é, tecnicamente, obra de especialistas, em geral astrônomos. Mas a iniciativa e a promulgação das reformas pertencem quase sempre ao poder político, especialmente quando este goza de uma autoridade sagrada mais ainda do que pública. Permite realizar, com o controle do tempo, o controle dos homens nas suas atividades econômico-sociais que, através do calendário, são ritualmente separadas no tempo. LE GOFF, J. “Calendário”, in: *História e Memória*, p. 477 a 523.

¹⁷ Outra data regular de comemoração é aquela que o Padre Perereca denomina de *o dia do nome* dos soberanos. Que nada mais é do que o dia do santo homônimo de algum personagem da família real. O de S. João, por exemplo, se comemorava, e se comemora até hoje, a 24 de junho.

¹⁸ SANTOS, op. cit., tomo 1, p. 204.

apresentação de bandas militares e a cerimônia do *beija-mão* no Paço, à qual concorreram as “pessoas mais condecoradas de todas as ordens do Estado”.¹⁹ Rodrigo Bentes Monteiro, mostrou como anteriormente mesmo à sua vinda para o território colonial, o soberano português já era cultuado pelos súditos ultramarinos através de festas em louvor à monarquia que, ao mesmo tempo em que criavam uma memória real, serviam como uma estratégia de dominação pelo fortalecimento da imagem do rei e da monarquia:

“A adoção de uma estratégia de manifestação mais enfática da corte portuguesa em Portugal e no estrangeiro, como também nas regiões coloniais, contribuiria para o fortalecimento da imagem do rei brigantino, (...) visando ao seu reconhecimento e à maior obediência dos vassallos”.²⁰

Gonçalves dos Santos afirma registrar esses acontecimentos para preservar a sua memória para as gerações vindouras (que não tiveram a oportunidade de presenciá-los): “Conheço que para os presentes tudo isto é escusado, e de nenhum merecimento; mas eu escrevo também para os vindouros. A memória das coisas acaba em poucas gerações, e os escritos duram por muitos séculos”.²¹ Mas as suas *Memórias* tinham também outras intenções. O registro que faz dos acontecimentos do período de permanência de D. João no Rio de Janeiro, além da nítida intenção de louvar o Rei (que estava na base desse tipo de escritos), tem também a intenção de construir uma memória sobre o reinado de D. João e, por consequência, sobre o nascente Reino do Brasil, do qual aquele monarca teria sido o artífice. Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, a história é entendida no século XIX como uma construção demasiado monumental e ambiciosa, sendo lugar-comum entre aqueles que então registravam os fatos históricos dizer que apenas escreviam *memórias*.²² Essas *memórias* serviriam como *uma espécie de andaime* para a elaboração da história, circunscrevendo-se à coleta e reunião de documentação, que permaneceria tal como foi coligida, sem passar por qualquer processo de

¹⁹ Ibid., p. 205.

²⁰ MONTEIRO R. B., “Entre Festas e Motins”. In: *O Rei no Espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América*, p. 279. Essas comemorações serviam ao aumento da *glória* do rei. Palavra-chave à época de Luís XIV (1643-1715), como afirma Peter Burke no seu estudo sobre a construção da imagem daquele monarca francês, a *glória* do rei pode ser entendida como a expressão do seu poder. (Cf. BURKE, P., *A Fabricação do Rei*, p. 16). Eram ocasiões para os vassallos darem uma demonstração de sua *obediência* e *vassalagem* ao soberano, como ficou expresso na citação de Perereca. Voltarei a esse assunto mais detalhadamente quando tratar da instalação do cerimonial de corte na nova sede da monarquia portuguesa na América.

²¹ SANTOS, op. cit., tomo 1, p. 59.

²² SILVA, M. B. N. da, “História”. In: *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, p. 192 a 196.

interpretação ou de análise. As *Memórias* do Padre Santos incluem-se entre este tipo de trabalho, como se pode observar do seu título mesmo. E como o próprio título indica, sobre as memórias coligidas por Gonçalves dos Santos é que se deveria escrever a história do Reino do Brasil:

“Ofereço, portanto, aos meus nacionais, não a História do Brasil, cuja composição é muito superior às minhas forças, tanto físicas, como morais; (...) mas sim, umas Memórias, arranjadas pela ordem cronológica, afim de facilitar aos futuros historiadores os meios de compor a história deste nascente império, achando já coligidos, e formando um só corpo, os fatos, que por ora andam dispersos, em parte desfigurados, e alheios da verdade, ou que ainda não se escreveram”.²³

Com essa intenção, aquele autor faz uma *seleção* dos fatos *dignos de memória* ocorridos durante o reinado de D. João no Rio de Janeiro. Ele fixa as datas, fatos e nomes que *deveriam ser lembrados* na hora em que se fosse escrever a história do Reino do Brasil que, certamente, ele não imaginava tão efêmero: a chegada do Príncipe Regente, a carta régia de abertura dos portos, o alvará de liberdade das indústrias, a criação da Imprensa Régia, a elevação do Brasil a Reino, a Aclamação de D. João, etc. Não esquecendo também de *guardar a memória*, para a honra e glória futura, daqueles que se arriscaram na travessia do Atlântico para acompanhar o Príncipe-Regente. Assim, o Padre Perereca cita nominalmente 1 duque, 9 marqueses, 5 condes, 1 visconde e suas respectivas famílias, além de outros funcionários da Coroa.²⁴

Dessa forma, o Padre Perereca nos fornece uma imagem do reinado de D. João visto, por assim dizer, *de dentro da corte*. O cenário que ele nos apresenta é, por demais, idílico, onde não se fazem ouvir as vozes discordantes. Os conflitos internos ocorridos durante o reinado de D. João no Rio de Janeiro são minimizados, e prontamente contidos. Como no caso da Revolta Pernambucana de 1817, que é, antes de tudo, inesperada, pois os revoltosos, “uma pequena parte

²³ SANTOS, op. cit., tomo 2, p. 34

²⁴ Ibid., tomo 1, p. 190 e 191. Na construção da memória, além de perceber aquilo que foi lembrado pelo memorialista, é igualmente importante prestar atenção nas *ausências*. Ao contrário do que acontece com os outros membros da Família Real, durante toda a narrativa de Gonçalves dos Santos, apenas duas vezes é mencionada a comemoração do aniversário de D. Carlota Joaquina (em 1808 e 1810), não obstante tais comemorações, sem dúvida, realizarem-se todos os anos. Nessa ausência quase completa pode perceber-se, talvez, a forma pela qual a esposa de D. João VI era vista por seus contemporâneos: a estrangeira golpista que, antes da vinda para o Rio de Janeiro, já havia tentado afastar D. João da regência (em 1805) e que, posteriormente, tentara criar um reino independente sob o seu governo na região do Prata, contrariando os interesses da monarquia portuguesa. Sobre o papel político desempenhado por Carlota Joaquina durante a sua permanência no Rio de Janeiro, ver AZEVEDO, F. L. N., *Carlota Joaquina na corte do Brasil*.

dos seus vassallos, tão insensata, como indigna do nome português”,²⁵ não tinham “motivos alguns, ainda mesmo aparentes, para tanta desobediência, e ingratição”.²⁶ Mas, “os portugueses do Brasil encheram-se de horror, e cada qual se julgou obrigado a defender com as suas pessoas, ou com os seus bens, os sagrados direitos de El-Rei Nosso Senhor”.²⁷

Como venho ressaltando, toda construção de uma memória atende também, ou principalmente, a interesses presentes. Além de deixar um registro escrito do reinado de D. João para as gerações vindouras, e fazer um elogio daquele monarca, a escrita das *Memórias* do Padre Gonçalves dos Santos acabam por atender a objetivos de mais imediata importância política. Servindo, pelo uso que delas é feito pelo Estado, aos interesses de construção ou preservação da monarquia. Assim, o registro escrito dos atos do soberano, sempre em tomlouvaminheiro, serve para que os seus efeitos políticos possam superar não só a sua limitação temporal, como afirma o próprio autor, mas também sua limitação espacial. Fazendo com que a *glória* do rei possa se estender aos pontos mais distantes do reino, suscitando a vassalagem de todos os seus súditos. Num exemplo daquela manipulação da memória pelo poder, ao qual Le Goff chamou a atenção.²⁸ Forte candidato aos prelos da Imprensa Régia, as *Memórias* ficam prontas, porém, tarde demais. Quando o Reino do Brasil já havia se emancipado pelo movimento de independência.²⁹ Mas, não por acaso elas serão publicadas primeiro em Portugal, onde D. João VI voltara a reinar *absoluto* após fechar, em 3 de junho de 1823, pela força das armas, as Cortes portuguesas, pondo fim à primeira experiência liberal em Portugal.³⁰ Dessa forma, a narrativa do Padre Santos se apresenta não somente como a construção de uma *memória sobre*

²⁵ SANTOS, op. cit., tomo 2, p. 96.

²⁶ Ibid., loc. cit.

²⁷ Ibid., loc. cit.

²⁸ Ver página 24/25.

²⁹ Luis Gonçalves dos Santos escreve as suas *Memórias* entre 1820 e 1825, oferecendo-as a D. João VI. Para o papel-chave desempenhado pela Imprensa Régia na propaganda do reinado de D. João, ver SCHWARCZ, L. M., *A longa viagem da biblioteca dos reis*, P. 249 a 251.

³⁰ Apesar de ter terminado de escrever as suas *Memórias* já no tempo em que D. João havia retornado para Portugal, a estada do Príncipe-Regente no Rio de Janeiro não aparece em nenhum momento, na obra do Padre Perereca, como uma situação transitória. Da mesma forma, a elevação da Colônia à Reino Unido aparece como algo premeditado e necessário, e a idéia da criação do Império Luso-Brasileiro perpassa toda a sua obra. Império cujas pedras fundamentais e pilares de sustentação foram as cartas régias de abertura dos portos e de liberdade de manufaturas: “Sendo a indústria e o comércio duas das principais bases da prosperidade, e grandeza das nações”. (SANTOS, op. cit., tomo 1, p. 200) Português e americano, Gonçalves dos Santos considerava aquela a situação política ideal. Por isso, interrompe a sua crônica antes da separação dos dois reinos.

reinado de D. João, mas também como a construção de uma *memória oficial* do próprio reinado.

A partir de 1816, D. João irá lançar mão de outra forma de construção da memória do seu reinado. Essa de caráter oficial desde o seu princípio: o recurso a artistas pensionados pelo Estado. Após a queda de Napoleão e o restabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e França, artistas franceses de diversas especialidades são convidados a trabalhar para a Corte portuguesa no Rio de Janeiro.³¹ Os artistas franceses chegaram à cidade em 26 de março de 1816, no momento em que eram prestadas homenagens póstumas à rainha D. Maria I, recém-falecida. Essa circunstância fez com que, logo após o seu desembarque, eles se envolvessem no seu primeiro trabalho oficial, a serviço da monarquia portuguesa: os preparativos para as cerimônias de Aclamação do D. João e do casamento do príncipe herdeiro, D. Pedro. O *pintor de história*, como ele mesmo se define, Jean-Baptiste Debret (1768-1848), além de participar na ornamentação das ruas por onde passariam os cortejos, juntamente com o arquiteto Grandjean de Montigny (1776-1850), com a construção de elementos de arquitetura efêmera (templos, obeliscos e arcos do triunfo feitos de materiais como papelão e madeira), vai reproduzir em pinturas os cerimoniais da Corte que ele teve a ocasião de presenciar durante o tempo em que permaneceu no Brasil. Tornando-se, assim, o grande responsável pela construção da memória pictórica do reinado de D. João VI no Rio de Janeiro. Seu trabalho memorialístico se completou pela execução de retratos dos membros da Família Real Portuguesa (tais como o D. João VI, D. Pedro, D. Carlota Joaquina e D. Leopoldina), e pela sua atuação como cenarista do Real Teatro São João.³²

³¹ Para os nomes de todos os componentes da Missão Artística Francesa ver NAVES, R. “Debret, o neoclassicismo e a escravidão”. In: *A Forma Difícil: Ensaio sobre a arte brasileira*, p. 123; ou PRADO, J. F. de A., *O artista Debret e o Brasil*, p. 38. Segundo a versão mais divulgada, a idéia de convidar os artistas franceses, que teriam a incumbência de fundar aqui uma escola de belas-artes, teria partido de Antonio de Araújo Azevedo (1754-1817), Conde da Barca, então ministro das Relações Exteriores e da Guerra. Mas, Rodrigo Naves menciona a existência de uma longa polêmica em torno do caráter oficial ou não da Missão Artística Francesa. A esse respeito ver NAVES, op. cit., p. 125/126.

³² Voltando para a França em 1831, após 15 anos de permanência no Brasil, Debret publica seus trabalhos feitos aqui no seu livro *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, em 3 volumes que vieram a público entre 1834 e 1839. Além dos trabalhos ditos *oficiais* feitos por Debret por encomenda da monarquia portuguesa, a sua obra traz também os seus trabalhos sobre os indígenas brasileiros, objeto do primeiro volume, e sobre o cotidiano do Rio de Janeiro, com ênfase na presença do negro no espaço urbano, assunto do segundo volume. No terceiro volume afirma Debret pretender ocupar-se da *história política e religiosa* do Brasil. Figuram, portanto, nesse volume, os trabalhos que tratam das cerimônias oficiais da corte, e sobre outras festas e funerais.

Peter Burke chamou a atenção para a ancestralidade do uso do expediente de se manter artistas como funcionários encarregados da construção da imagem pública do rei. O que se fazia já na corte de Luís XIV. Esse autor informa que a importância dada pelo monarca francês à construção da sua memória oficial era tanta que ele chegava ao ponto de, ao partir em campanha, levar consigo seus pintores Lebrun e Van Meulen, para que eles pudessem representar as suas conquistas. Cenas da vida do rei eram apresentadas de modo similares em diferentes meios: retratos, estátuas eqüestres, medalhas, baixos-relevos e panegíricos escritos que se remetiam ou se copiavam reciprocamente, reforçando-se mutuamente. Ao mesmo tempo, os trabalhos de escultores, pintores e gravadores procuravam associar a imagem de Luís XIV, por meio de metáforas e alegorias (como a do *sol*, imagem pela qual ele ficou mais conhecido), a heróis e deuses da mitologia greco-romana. A manutenção de academias artísticas (como a *Académie de Danse*, a *Académie Royale de Peinture et Sculpture*, a *Académie des Sciences*, entre outras) propagava a imagem do rei francês como patrocinador e protetor das artes.

O mesmo aconteceu com D. João. Além do projeto de estabelecimento da Academia de Artes e Ofícios,³³ ele criou no Rio de Janeiro a Real Biblioteca, um Horto Real (para a pesquisa de espécimes vegetais), a Imprensa Régia e o Museu Real. Iniciativas que, entre outras, lhe garantiram a imagem de protetor e patrocinador das artes e das ciências.³⁴ Imagem expressa na seguinte passagem do livro do Padre Santos na qual ele se refere à instalação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro:

“O Brasil até ao feliz dia 13 de maio de 1808 não conhecia o que era tipografia: foi necessário que a brilhante face do Príncipe Regente Nosso Senhor,

³³ Desde 12 de agosto de 1816, estava referendado o decreto que fundava a Escola Real de Ciências Artes e Ofícios, da qual Debret seria professor da cadeira de pintura histórica. Mas a instalação efetiva da, então, Academia Imperial de Belas Artes ocorreu somente a 5 de novembro de 1826.

³⁴ Se por um lado tais instituições são garantidoras da criação de uma memória real; por outro, instaladas no Rio de Janeiro funcionam também como difusoras de um projeto civilizacional, do qual falarei mais adiante. Lilia Moritz Schwarcz mostrou como, ainda no século XVIII, outros soberanos portugueses utilizaram a “propaganda de Estado”. Vinculando as suas imagens à preservação e aumento dos acervos das Reais Bibliotecas (a do palácio da Ajuda e a Real Biblioteca Pública) D. João V (1706-1750) e D. Maria I (1777-1792), figuraram nas obras de propaganda oficial como protetores da cultura. Já no reinado de D. José I (1750-1777), dominado pela figura de seu todo-poderoso ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal (título pelo qual é mais conhecido), afirma a autora que “tudo virava matéria para a divulgação dos feitos do Estado”. Cf. SCHWARCZ, op. cit., p. 111.

bem como o refulgente sol, viesse vivificar este país, não só quanto à sua agricultura, comércio, e indústria, mas também quanto às artes, e ciências, dissipando as trevas da ignorância, cujas negras e medonhas nuvens cobriam todo o Brasil, e interceptavam as luzes da sabedoria”.³⁵

Essa passagem deixa bastante claro o caráter de construção de uma *memória do reinado* de D. João da narrativa de Perereca se atentamos, aqui também como na citação de Luiz Edmundo sobre John Luccock, a qual chamei a atenção no início desse capítulo,³⁶ para a incorreção da informação prestada. O fato é que autores já mostraram que ainda no século XVIII, muito antes do *feliz dia 13 de maio de 1808* portanto, a colônia já contava com tipografias, proibidas por Ordem Régia de 10 de maio de 1747. Ao que parece, o impressor lisboeta Antônio Izidoro da Fonseca, instalou sua gráfica no Rio de Janeiro em 1747, apenas poucos meses antes da ordem de proibição de 10 de maio.³⁷ As *luzes da sabedoria* eram, dessa forma, interceptadas pela própria Coroa.

As semelhanças na construção da imagem de reis como Luís XIV e D. João VI, provêm do fato de que esse uso da arte a serviço da *glorificação* do rei, ou da manutenção do Estado³⁸ é uma permanência de uma *cultura barroca* própria das monarquias absolutistas, que atingiram seu apogeu no século XVII.³⁹ A ponto de Jose Antonio Maravall denominar aquelas monarquias, em diversas passagens de sua obra *A Cultura do Barroco*, de *monarquias barrocas*. A época da difusão da cultura barroca e ascensão das monarquias absolutistas, o século XVII europeu,⁴⁰ é uma época de crise econômica e social e de uma mudança de mentalidade provocada pelos descobrimentos e pelo Renascimento, que contribuíram ambos para um questionamento do caráter sagrado da monarquia absoluta e da Igreja. A cultura barroca é uma resposta dada a essa crise, pelos grupos sociais que detinham o poder temporal e espiritual e os privilégios deles decorrentes. Ela é, portanto, uma cultura orientada para a persuasão e cooptação dos indivíduos à

³⁵ SANTOS, op. cit., tomo 1, p. 207.

³⁶ ver páginas 22/23.

³⁷ MORAES, R. B. de, *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*.

³⁸ O que no caso das monarquias absolutas pode se dizer ser a mesma coisa, uma vez que o rei representa o Estado.

³⁹ Permanência essa que me permite usar os estudos referentes à corte de Luís XIV, como o de Peter Burke que venho citando, na análise da corte de D. João sem temer estar cometendo um anacronismo, apesar das duas cortes estarem separadas por um intervalo de quase cem anos.

⁴⁰ A periodização da vigência do Barroco, como qualquer outra, é controversa. Para Affonso Ávila, ela abrangia desde os primórdios do século XVII até a metade do seguinte; enquanto José Antonio Maravall restringe o período de vigência plena da cultura barroca entre os anos de 1600 e 1680. Ver ÁVILA, A., *O Lúdico e as projeções do mundo barroco*; e MARAVALL, J. A., *A Cultura do Barroco: Análise de uma estrutura histórica*.

adesão à monarquia. O Estado e a Igreja colocaram a arte a seu serviço, com a função de operar sobre a opinião, controlá-la, configurá-la e mantê-la junto a si, nas crises de natureza diversa que ameaçavam sua posição.

Permanecendo no Brasil após os acontecimentos políticos de 1822, que culminaram na separação de Brasil e Portugal, Debret será o responsável pela criação das imagens oficiais também do reinado de D. Pedro I, a exemplo do que já havia feito durante o reinado de D. João. O envolvimento de Debret na criação da memória oficial do Primeiro Reinado foi tamanho que, além de pintar as cerimônias reais tais como Aclamação e a Coroação de D. Pedro I, e seu segundo casamento com D. Amélia de Leuchtenberg; desenha a nova bandeira do Império e uniformes militares; e até redecora as carruagens reais com as cores e insígnias do novo Império.⁴¹ Como pintor oficial do Real Teatro São João, desde a Aclamação de D. João, Debret pinta também o pano de boca desse teatro para a representação acontecida por ocasião da coroação do primeiro imperador do Brasil, onde representa os diferentes *povos* que compunham o nascente país (*negros, índios, mineiros, paulistas, etc*) prestando-lhe fidelidade (fig. 1).⁴² Comentando a reação do público presente ao teatro naquela ocasião à apresentação da sua pintura, afirma o pintor francês que

“aplausos prolongados ao aparecer pela última vez o pano de boca, no fim da representação, completaram esse dia de triunfo. No dia seguinte, uma nota explicativa do quadro de história nacional, inserta nos jornais, aumentou o interesse e inspirou desde então os espectadores habituais do teatro, familiarizados com esse *auxiliar sempre poderoso das paixões políticas*”.⁴³ [grifo meu]

⁴¹ Interessante notar como, fosse por gratidão a D. Pedro por este ter posto em funcionamento a Academia de artes, após 10 anos de espera, fosse pelo seu envolvimento na criação da memória do Primeiro Reinado, a imagem que Debret faz do primeiro Imperador do Brasil é extremamente positiva, contrastando com a sua avaliação em relação a D. João. Segundo Debret, D. João era um rei que “não tinha a menor noção da ciência de governo” (DEBRET, op. cit., vol. 3, p. 86) pois, sendo o irmão mais velho o herdeiro presuntivo do trono, D. João “desde a sua mocidade resignou-se a nada ser”. (ibid., loc. cit.) Enquanto que, com D. Pedro *a natureza havia sido pródiga*, nas palavras de Debret: “Tinha uma alma elevada, muita retidão e o desejo sincero de fazer o bem, por amor e por amor-próprio” (ibid., p. 90)

⁴² Sobre os significados da representação de Debret, realizada no contexto mesmo das guerras de independência, ver MATTOS, I. R. de, “Construtores e Herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política”. *Almanack Brasiliense*, p. 20/21.

⁴³ DEBRET, op. cit., Vol. 3, p. 275.

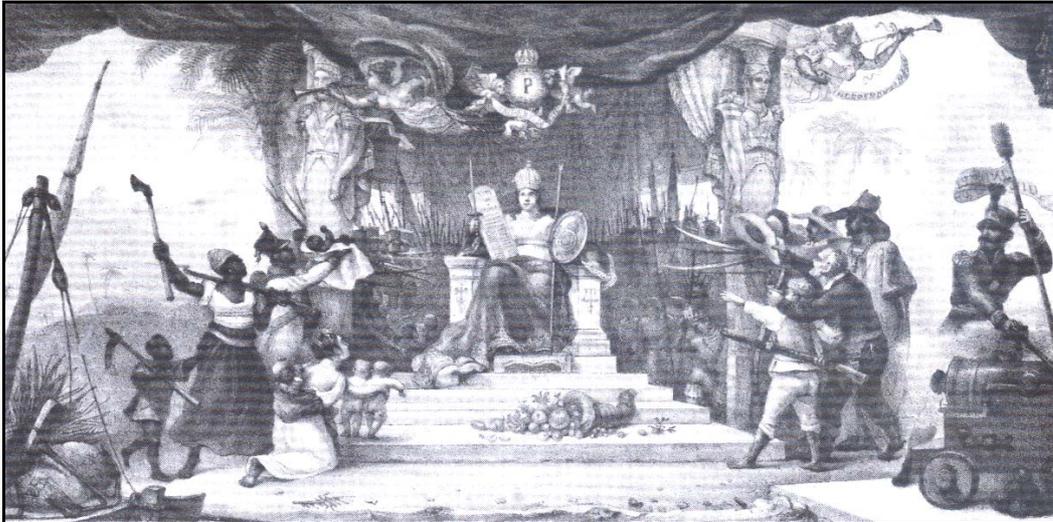


Figura 1 – Jean-Baptiste Debret – Pano de boca executado para a representação extraordinária dada no teatro da corte por ocasião da coroação de D. Pedro I, Imperador do Brasil.⁴⁴

A mentalidade barroca do recurso à arte como instrumento de reforço do poder monárquico iria continuar durante o Primeiro Reinado e muito além.⁴⁵

Como afirma Arno Mayer:

“Da Idade Média até o século XIX, as classes dominantes e governantes da Europa utilizaram a arte tanto para finalidades práticas como para deleite estético. A função da arte era a de celebrar Deus, o mecenas, a dinastia, o regime, a classe e a nação”.⁴⁶

Com o tempo, como acontece com toda pintura, essa imagem de D. João como protetor das artes e das ciências e promotor da felicidade e do desenvolvimento do Brasil, cuidadosamente construída por obras como a do Padre Perereca, vai se esvanecer e perder as suas cores, dando lugar a uma imagem radicalmente diferente.

⁴⁴ Ibid., prancha 49.

⁴⁵ Lilia Moritz Schwarcz chamou a atenção para a mesma utilização política da arte durante o reinado de D. Pedro II no Brasil (SCHWARCZ, L. M., *As Barbas do Imperador*). É importante deixar claro que não foi apenas a arte classificada pelos especialistas como *barroca* de acordo com os seus cânones estéticos que foi utilizada com essa finalidade. Peter Burke mostrou como, na propaganda do reinado de Luís XIV foram produzidas, igualmente, obras de características barrocas e clacissistas. Estilo dominante no século XVIII, principalmente na França. A esse respeito é interessante notar o fracasso do artista barroco italiano Gianlorenzo Bernini, na corte de Luís XIV, citado por Burke. (BURKE, op. cit., p. 78). A respeito das obras realizadas por Debret no Brasil, apesar de ser um pintor de formação neoclássica, afirma Rodrigo Naves que aqui ele abandonou o classicismo, inadequado para retratar a realidade local, criando um estilo próprio. (NAVES, op. cit.)

⁴⁶ MAYER, A., *A força da Tradição*, p. 189. Lilia Moritz Schwarcz chamou a atenção para a mesma utilização política da arte durante o reinado de D. Pedro II no Brasil. Cf. SCHWARCZ, L. M., *As Barbas do Imperador*.

2.2

A memória do futuro.

Não há, para cada período histórico, apenas uma memória. No entanto, uma delas é sempre a visão hegemônica sobre aquele período. Por isso, muitas vezes, essas diferentes memórias entram em conflito, ou *em disputa*, nas palavras de Michael Pollak, pela hegemonia da forma como aquele tempo será visto e lembrado pelos seus contemporâneos e pela posteridade.⁴⁷ Cem anos após a obra do Padre Perereca, foi construída no Brasil uma outra memória sobre o período joanino, que logrou alcançar, por longos anos, a hegemonia da visão daquele período.

Em *A Corte de D. João no Rio de Janeiro*, o cronista e jornalista carioca Luiz Edmundo vai difundir algumas imagens sobre o período joanino que vão se perpetuar no senso comum.⁴⁸ Como, por exemplo, a do traslado da Família Real para o Rio de Janeiro como uma *fuga desesperada*; e a imagem pela qual ficaram conhecidas até hoje personagens da Família Real como D. Maria I (a rainha louca), D. Carlota Joaquina (a esposa adúltera) e D. Pedro (o príncipe mulherengo). Mas é principalmente a imagem de D. João construída por Edmundo que os historiadores que se dedicam ao estudo desse período vêm tentando, desde pelo menos a última década, desfazer com mais afinco. E apenas com relativo sucesso.⁴⁹ Na utilização daquilo que Teresa Malatian vai denominar de *técnica de retrato*, a caracterização física de D. João representaria a imagem de um indivíduo inadequado à posição de rei. A autora define assim esse recurso metodológico: “a caracterização dos personagens-sujeito representativos de determinadas forças atuantes num dado momento e considerados úteis para a construção de símbolos necessários à compreensão e memorização do passado”.⁵⁰

⁴⁷ A respeito da idéia da *memória em disputa* ver POLLAK, M. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Estudos Históricos*. v.2, nº 3, 1989. p. 3-15; e POLLAK, M., “Memória e Identidade Social”. *Estudos Históricos*. v. 5. nº 10, 1992. p. 200 a 215.

⁴⁸ Juntamente com *O Rio de Janeiro dos Vice-Reis* e *O Rio de Janeiro do meu tempo*, *A Corte de D. João no Rio de Janeiro* forma a trilogia de obras mais famosas de Edmundo dedicadas à crônica de costumes na cidade do Rio de Janeiro, nas três épocas da sua história: a colonial, a imperial e a republicana.

⁴⁹ Porque, se por um lado, nas faculdades de história e na historiografia acadêmica não se trata mais D. João como um *monarca hesitante, medroso e glutão*; por outro lado, ainda podemos vê-lo assim retratado em produções relativamente recentes para o cinema e para a televisão. No cinema, temos o exemplo do filme *Carlota Joaquina, a Princesa do Brasil* (1994), e na televisão, o exemplo da minissérie *O Quinto dos Infernos* (2002).

⁵⁰ MALATIAN, T., *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*, p. 70.

Segundo a descrição de Edmundo, D. João seria, antes de mais nada, *sujo, feio, desleixado*.⁵¹ Os frangos inteiros metidos nos bolsos como resultado dos seus hábitos glutões, uma acentuada religiosidade devida ao ambiente religioso em que teria sido educado, e nenhuma inclinação pelas artes e pela ciência, não tendo grande cultura, apesar de ser muito inteligente. Em suma, a imagem de D. João como uma *caricatura de rei*. Um rei que não estava à altura das difíceis tarefas que se lhe apresentaram na conturbada conjuntura política pela qual passou Portugal no início do século XIX:

“Quanto aos seus defeitos ou fraquezas, não foram de espantar. O maior, parece ter sido a pusilanimidade que o acompanhou até morrer, aquela ausência de ânimo, como não se conhece em outro monarca português. Figura de rei frouxo, espécie de ‘Maria-vai-com-as-outras’, de palerma ou estafermo”.⁵²

Por todas essas características, D. João seria, enfim, alguém despreparado para o posto que ocupava; que não tinha a educação necessária para *representar o papel* de rei.⁵³ Papel que D. João teria assumido por pura obra do acaso, devido à comprovação da loucura da mãe, D. Maria I, em 1792 e, principalmente, à morte de seu irmão mais velho, D. José, em 1788. Esse sim, educado adequadamente para ser rei, segundo Edmundo, mais inteligente e até menos feio do que D. João. Este último, ao contrário, assim como seu filho D. Pedro, depois dele, não havia nascido para ser rei, e nem a isso almejava. O cronista republicano resume dessa forma a sua opinião sobre o monarca português:

“Podia ter sido uma boníssima criatura, um homem bem intencionado, e, até, inteligente, se quisessem; mas, não foi um bom rei. Faltavam-lhe qualidades para isso. (...) E isso prova a anarquia em que sempre viveu o seu governo, cá e lá,

⁵¹ “O que acentuava a fealdade de D. João (...) era o desleixo natural pela sua pessoa. Não tinha o menor cuidado pela toilette. Nas algibeiras da véstia ou da casaca metia frangos inteiros, de envolta com papéis, lenços e caixas de rapé.” EDMUNDO, op.cit, p. 132.

⁵²Ibid., p. 165.

⁵³ Peter Burke chama a atenção para a necessidade de se olhar o rei como *alguém que representava a si mesmo*, no sentido de que desempenhava conscientemente o papel de um rei. Papel para o qual era ensinado desde a mais tenra infância contando para isso, inclusive, com a existência de manuais pedagógicos, destinados à educação dos príncipes, e que recebiam o nome de *espelhos*, onde os príncipes viam uma imagem ideal, e deveriam procurar divisar nessa imagem o seu reflexo. Como o manuscrito que D. João recebeu, em 1790, do bacharel Francisco Antonio de Novaes Campos, intitulado *Príncipe Perfeito*. Burke chama a atenção para o comportamento apresentado por Luís XIV nas suas cerimônias de entrada, em 1643, com cinco anos de idade. Desde então, o Rei Sol impressionava os espectadores pela sua maturidade, sua gravidade e seu porte: “Os enviados venezianos observaram em 1643, que Luís, então com apenas cinco anos de idade, ria raramente e pouco se movimentava em público”. BURKE, op. cit., p. 56. A esse respeito, ver também a obra de MONTEIRO, R. B., *O rei no Espelho*. Principalmente o capítulo 4, “Sobre o Rei”, p. 149 a 188.

as inquietações de todo o seu reinado, nascidas tão somente da ausência de uma vontade capaz de dirigir bem a vida de um povo. (...) Homem de coração acima do vulgar. *Rei abaixo do medíocre*".⁵⁴(grifo meu)

É necessário dizer que essas idéias não eram originárias da cabeça de Luiz Edmundo. Nas últimas décadas do século XIX havia surgido em Portugal uma geração de historiadores que atuou imbuída da missão de crítica contra a situação de estagnação sócio-econômica de Portugal e a tradição católica e monarquista.⁵⁵ A Geração Nova, ou Geração de 70, consagrou a interpretação depreciativa dos reinados de D. Maria e D. João, baseando-se na versão da fuga vergonhosa do Príncipe-Regente, do abandono da nação portuguesa às tropas napoleônicas e, do favorecimento da colônia que resultara na sua independência. O discurso dos radicais descontentes com a atuação do rei era exemplificado por nomes como Pinheiro Chagas (1842-1895), Alberto Pimentel (1849-1925), Ramalho Ortigão (1837-1915), Raul Brandão (1867-1930) e o já citado Oliveira Martins (1845-1894). Edmundo se apropria das idéias desses autores úteis à sua argumentação (tais como a idéia da migração da Família Real Portuguesa para o Brasil como fuga e a caracterização caricata dos personagens), sendo o seu principal difusor no Brasil.

Outro historiador brasileiro se inspirou nas obras da Geração de 70 portuguesa para escrever sobre o período joanino. Mas escreveu um livro radicalmente diferente do de qualquer um daqueles autores e também do de Edmundo. O livro do historiador e diplomata Manuel de Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil*, publicado em 1908, ano do centenário da abertura dos portos, é tido como um marco de revisão histórica do período joanino e de reabilitação da figura de D. João, pelo que representa como alteração de perspectiva em relação a uma personalidade e uma época.⁵⁶ Oliveira Lima é o responsável pela difusão da idéia de que, com a vinda de D. João para o Rio de Janeiro tem início a descolonização

⁵⁴ EDMUNDO, op. cit., p. 167.

⁵⁵ Como explica Teresa Malatian, na década de 1880, essa situação era de grande pobreza, emigração maciça para a América e percepção de atraso em relação aos países vizinhos. O mito do império português consolava os descontentes pela perda ainda lamentada da Índia e do Brasil. MALATIAN, op. cit., p. 54.

⁵⁶ Segundo a sua interpretação, D. João possuiria inteligência e gosto pelas "coisas espirituais", bom humor, indulgência, sagacidade, malícia, bondade, magnanimidade e senso político, qualidades que lhe teriam permitido ser um governante afável e amado pelo povo. Era a resposta à imagem de personagem ridícula, burlesca, apática e grotesca consagrada pela historiografia portuguesa. Sobre a influência das obras da Geração de 70 portuguesa, principalmente de Oliveira Martins e Pinheiro Chagas, na obra de Oliveira Lima, ver MALATIAN, op. cit., p. 199 a 241.

efetiva do Brasil. Por isso, o monarca português é considerado por aquele historiador como o *fundador da nacionalidade brasileira*. D. João se habilitaria a esse título por ter propiciado as condições para a *emancipação* não somente *material* (com a abertura dos portos e a liberação das indústrias), mas também *intelectual*, dos colonos, pela fundação de Academias (como a de Artes e Ofícios e a Academia Militar), da Impressão Régia, etc.

Dessa forma, temos, no início do período republicano da história do Brasil, a construção de uma outra memória sobre o período joanino, diferente da de Edmundo, anterior a essa, e que aspira a tornar-se a sua memória hegemônica, pelo seu esforço de reinterpretação histórica. No entanto, na República acabou por prevalecer a memória de cunho mais democrático e de crítica à monarquia, de Luiz Edmundo, sobre a de espírito aristocrático e de simpatia à causa monárquica, de Oliveira Lima.⁵⁷

No que se refere à sede da nova corte portuguesa na América, sobressai na obra de Edmundo a imagem do Rio de Janeiro como um lugar que não tirou nenhum benefício não só da instalação da corte de D. João, mas da administração portuguesa como um todo. Durante todo o período colonial a cidade já não teria sofrido nenhuma melhora, chegando às portas do século XIX com a aparência de *uma estrumeira*.⁵⁸

“A cidade dos tempos do Sr. D. João ainda guarda a fisionomia aflita e asselvajada que tinha na época dos vice-reis e dos governadores. Ainda é a mesma coisa triste e mal-cheirosa. Ainda é o mesmo chão úmido e feio, prenhe de lagoas verdes e podres, com logradouros públicos cobertos de tiririca e de sapé, crianças nuas, pretos resmungões e animais à solta; praças despidas de arborização e de beleza, betesgas e alfurjas imundas, estreitas e um casario reles, velho e desmoronante, como que a requerer picareta, fogo ou terremoto”.⁵⁹

Tampouco a administração de D. João, ou a dos imperadores do Brasil que se seguiram a ele, iriam conseguir mudar essa situação.⁶⁰ É dessa forma que, para

⁵⁷ Sobre o perfil aristocrático da personalidade e da historiografia de Oliveira Lima, associado às suas ligações familiares com a aristocracia pernambucana, e profissionais com o serviço diplomático, ver MALATIAN, op. cit., p. 25 a 50.

⁵⁸ EDMUNDO, L., *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*, p. 16.

⁵⁹ EDMUNDO, *A Corte de D. João no Rio de Janeiro*, p. 597.

⁶⁰ De pouco teriam adiantado os esforços do Intendente de Polícia de D. João, Paulo Fernandes Vianna, responsável pelos serviços de urbanização da cidade, em demolir casas, aterrar charcos e pântanos, abrir estradas, canalizar rios e construir chafarizes para tentar tirar a cidade do fundo do “esterquilínio colonial” em que ela jazia. (Ibid., p. 58.) Isso porque, a verba que essa instituição recebia era, segundo o autor, “quase uma pilhéria” para fazer frente às suas inúmeras atribuições. (Ibid., p. 612).

Edmundo, até a entrada do século XX, o Rio de Janeiro permaneceria a mesma cidade dos primórdios da sua história:

“Penetramos o século das luzes e ainda estamos em plena morrinha colonial. Em 1901 somos o que éramos quando aqui albergávamos o mau gênio do Sr. Luís Vahia, o ‘onça’, a arrogância do Sr. Marquês do Lavradio, o ‘gravata’, e a palermice coroada do Sr. D. João VI, o ‘frouxo’. E assim continuamos a ser até o advento de Rodrigues Alves, até a obra magnífica de Pereira Passos e Oswaldo Cruz, quando se transforma a cidade-pocilga em Éden maravilhoso, fonte suave de beleza e de saúde”.⁶¹

Em 1901, às vésperas do processo de reformas urbanas pelas quais passou a cidade nas primeiras décadas do século XX, e que apenas têm o seu ponto de partida nas reformas empreendidas durante a administração do prefeito Francisco Pereira Passos (1903-1906), mas que vão se estender, quase ininterruptamente, até a administração do prefeito Carlos Sampaio (1920-1922); o aspecto da cidade e os hábitos de seus moradores não guardam, para Edmundo, diferença alguma com o Rio de Janeiro do século XVI ou XIX: “Na madrugada do século o Rio de Janeiro ainda é um triste e miserável agrupamento de telhados mais ou menos pombalinos, feio, sujo, torto, dessorando os vícios e os preconceitos da velha cidade de Mem de Sá”.⁶²

A idéia da ausência de *progresso* no Rio de Janeiro até o início do século XX está expressa na periodização em três momentos que Edmundo faz da história da cidade na Introdução da sua obra mais conhecida, *O Rio de Janeiro do meu tempo*. O primeiro deles é um *tempo da harmonia com a natureza*, que tem um início incerto, mas vai até a chegada dos colonizadores portugueses. O segundo momento é o *tempo do atraso colonial*, significativamente compreendido entre 1500 e o início do século XX. O terceiro momento é o *tempo do progresso*, que se inicia com as reformas de Pereira Passos. Dessa forma, a colonização portuguesa é representada como promotora de uma decadência. Da *perda do paraíso* que será recuperado pelas reformas de Pereira Passos e pelo trabalho de saneamento de Oswaldo Cruz, que transformam a *cidade pocilga* em *éden maravilhoso*.

Esse mesmo discurso pode ser encontrado em crônicas de outros literatos contemporâneos de Edmundo e das reformas como, por exemplo, Olavo Bilac (1865-1918):

⁶¹ EDMUNDO, L., *O Rio de Janeiro do meu tempo*, p. 24.

⁶² Ibid., Loc cit.

“Há poucos dias, as picaretas, entoando um hymno jubiloso, iniciaram os trabalhos da Avenida Central, pondo abaixo as primeiras casas, condemnadas. No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso, do Oppróbrio. A cidade colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas velhas tradições, estava soluçando no soluçar d’aqueles materiaes apodrecidos que desabavam. Mas o hymno claro das picaretas abafava esse protesto impotente”.⁶³

Como chamou a atenção Margarida de Souza Neves, o traço distintivo da produção de crônicas no Rio de Janeiro no início do século XX, é o fato de elas expressarem um tempo social vivido pelos contemporâneos como um momento de transformações, novidades e, principalmente, de ruptura com o passado. O início de um novo tempo na história da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil, que eles tendem a tomar como sinônimos.⁶⁴ O Rio de Janeiro aparecia como síntese e microcosmo do Brasil, e tornava-se o centro irradiador de um *processo civilizador* do espaço da cidade e do país. *Civilizar* a capital do país era *civilizar* o país. A capital tinha que servir de *vitrine* para os povos estrangeiros, tendo em vista a captação de investimentos externos; mas, ao mesmo tempo, tinha, igualmente, que ser o *espelho* onde se pretendia ver refletida a auto-imagem construída pelas elites dominantes do país para a nação.⁶⁵

A memória sobre o reinado de D. João e os seus efeitos sobre o Rio de Janeiro construída por esses cronistas da República, estavam marcadas por essa vivência desse tempo de progresso. O discurso da indiferenciação entre o Rio de Janeiro colonial e o imperial, criado nas primeiras décadas da República, tem o intuito de associar aqueles dois momentos da vida da cidade com a idéia de *atraso*, enquanto que, por um movimento simultâneo, identificava-se o Rio de Janeiro republicano, *saneado* e *civilizado* por Pereira Passos, como o lugar da *ordem* e do *progresso*, *projeto de futuro* para o país. Sendo a colonização portuguesa considerada a culpada pelo *atraso* secular em que se encontrava o Brasil em comparação com outras nações, o julgamento de Edmundo sobre o

⁶³ BILAC, O. Chronica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, março de 1904. Apud. NEVES, M. de S. “Uma Escrita do Tempo: Memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas”. In: CANDIDO, A. (et al.). *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*, p.87.

⁶⁴ Diz Edmundo: “Passos transformou a cidade bárbara em metrópole digna da civilização ocidental. Qual o homem do começo do século que, recordando os benefícios que então se espalhavam sobre esta querida terra, não se lembra da frase que andou pela boca do povo, pelas ruas, pelas casas, pelos cafês, nas saudações que se trocavam, no estribilho das canções e que dizia assim: ‘O Rio civiliza-se?’”. EDMUNDO, L. *O Rio de Janeiro do meu tempo*, p. 40.

⁶⁵ A idéia do Rio de Janeiro como vitrine e espelho devo a KESSEL, C. *A vitrine e o espelho: O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*.

reinado de D. João não poderia ser diferente.⁶⁶ Como diz Margarida de Souza Neves:

“A associação discursiva entre *ordem* e *progresso* passa a ser vista como a mais sintética das formulações de um projeto de futuro a ser implementado em todo o país e do qual a cidade do Rio de Janeiro, reformulada física e ideologicamente no início do século, é capital”.⁶⁷

A construção da memória nacional feita pelos cronistas republicanos do início do século XX, como Edmundo e Bilac, procura fornecer uma identidade para a nação baseada na idéia de ruptura entre os períodos colonial/monárquico, por um lado, e republicano, por outro, da história do país, e submetida a esse projeto de nação implementado com as reformas de Pereira Passos, e do qual o Rio de Janeiro foi o centro irradiador.

Porém, o Rio de Janeiro não assume essa função de espaço de exemplaridade e centro irradiador de um processo civilizador pela primeira vez durante a era republicana. Ao contrário do que afirma a memória republicana sobre o período joanino, no curto período de treze anos de permanência da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, as transformações no espaço físico e nas formas de sociabilidade cotidiana da cidade se fizeram muito rapidamente. A instalação da Família Real levava à necessidade de adaptação da sua forma urbana, ao mesmo tempo em que impunha à população da nova capital do Império Português um novo padrão de sociabilidade ligado ao ideal europeu de *Civilização*, que condenava velhos hábitos e costumes oriundos do período colonial, arraigados nos

⁶⁶ Edmundo chega a representar o colonizador português como um invasor estrangeiro, que se apossa ilegitimamente de uma terra que não é sua e pela qual não sente nenhuma ligação. Não se importando com o seu *progresso* e procurando, aqui, apenas enriquecer e voltar para a sua terra natal. Chega mesmo a caracterizá-lo como uma “nuvem de gafanhotos pousada nesta plaga verdoenga da América”. (EDMUNDO, L., *O Rio de Janeiro do meu tempo*, p. 21). A se preocupar com o *progresso* do Rio de Janeiro apenas aqueles nascidos aqui, como o Intendente Geral de Polícia Paulo Fernandes Vianna, para o autor, *um brasileiro* e, melhor, *um carioca*: “O Regente D. João, príncipe um tanto palhouco, mas bem intencionado, teve uma idéia feliz, quando aqui nos chegou (...), tal a de nomear para Intendente-Geral da Cidade, um brasileiro. E carioca: Paulo Fernandes Viana”. (Ibid., loc. cit.) Segundo Edmundo, após Viana, apenas mais um brasileiro pensou no progresso da capital, *que é o progresso do país*, ainda no século XIX, contra a mentalidade aqui reinante eternamente *desconfiada e maldizente do progresso*: O Barão de Mauá. Na interpretação de Edmundo, a luta entre progresso e atraso desdobra-se, então, no conflito de nacionalidades entre brasileiros e portugueses. Devido a essa forma de encarar o elemento português, como o responsável por todos os males do Brasil, a *lusofobia* aparece como a característica mais forte das obras de Luiz Edmundo.

⁶⁷ NEVES, op. cit., p. 78.

habitantes do Rio de Janeiro. Novo padrão de sociabilidade que, a partir do Rio de Janeiro deveria se espalhar por todo o território da colônia.⁶⁸

2.3

A Corte civiliza

Já conhecemos o comerciante inglês John Luccock, chegado ao Rio de Janeiro poucos meses depois do Príncipe-Regente. Nas suas *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil, tomadas durante uma estada de 10 anos nesse país, de 1808 a 1818*, Luccock, animado por um espírito enciclopédico, se ocupa em registrar tudo que viu no Brasil durante o decênio que aqui viveu.⁶⁹ Tal qual um *museu de tudo*,⁷⁰ o relato de Luccock contém observações sobre a aparência da nova capital do Império português e seus arredores, uma minuciosa descrição da sua geografia, flora e fauna, os hábitos e costumes dos habitantes e, principalmente, sobre náutica e o comércio no Rio de Janeiro e nas capitanias de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, assunto de seu particular interesse. A atenção dada a esse assunto expressa melhor do que qualquer outro o fim de *informar e instruir* que, segundo o autor, animou a composição da sua obra, como ele próprio explica na sua Introdução curiosamente escrita em terceira pessoa, como que a dar um caráter de objetividade à narrativa:

“Se a pecha de exageradamente detalhista lhe for atirada por causa das suas minúcias sobre comércio e náutica, achará que basta replicar dizendo que tanto ele como seus sócios freqüentemente se acharam em situações tais que semelhantes minúcias lhe teriam sido não só dignas de aceitação como altamente proveitosas”.⁷¹

⁶⁸ Denomino de *forma de sociabilidade* os modos de vida praticados no dia-a-dia da existência pública e privada e as formas de produção e reprodução dos costumes e dos comportamentos de indivíduos e grupos sociais. Idéia que pode ser melhor expressa pelo conceito de *habitus* cunhado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Ver BOURDIEU, P. “A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo”, in: *O Poder Simbólico*; ou ORTIZ, R. (org.), *Pierre Bourdieu*.

⁶⁹ LUCCOCK, J., *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil, tomadas durante uma estada de 10 anos nesse país, de 1808 a 1818*. Sua publicação original ocorreu em 1820, em língua inglesa. Dela existem duas versões em alemão, a primeira de 1821 e a segunda de 1831. Não tinha ainda sido traduzida para o português até 1942, quando foi publicada pela Livraria Martins Editora.

⁷⁰ A expressão é de Flora Sussekind. Ver SÜSSEKIND, F., *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*, p. 64.

⁷¹ LUCCOCK, op. cit., p. XVI.

Como ressalta Flora Süssekind, a partir do século XVIII, prevalece uma certa concepção ilustrada de viagem. As viagens e os relatos de viagem, como o de Luccock, passam a ser vistos não mais apenas como divertimento, mas como meio de conhecimento, educação e acesso a informações históricas, geográficas e sobre usos e costumes de outros povos. Cumprida aos relatos de viagem, *ilustrar*. O que parecia dar confiabilidade a essas narrativas era, de um lado, a própria experiência da viagem; de outro, o fato de se tratar de um olhar de estrangeiro, que teria testemunhado de fato o que narra. Um caráter de veracidade recobre sempre o testemunho daquele que narra o que viu. Mas, apesar de Varnhagen considerar Luccock o autor do retrato mais verídico da condição material, moral e intelectual da cidade do Rio de Janeiro no momento da chegada da Família Real,⁷² dispensemos desde logo essa pretensão de objetividade do discurso do comerciante inglês. Como chama a atenção Flora Süssekind, o relato do viajante, mais do que descrever, pode *criar uma realidade*:

“No caso de terras recém-descobertas, lugares ainda sem nome, o sujeito, ‘eterno Adão’, de fato não pertence a elas, mas caberia a ele dar nome ao que vê, dar a partida para a inscrição de tais locais no ‘mundo dos brancos’, dos mapas, do tempo histórico. Sua chegada marcaria a origem dessas ilhas aos olhos do Ocidente e sua mudança de um estado de ‘pura natureza’ para uma corrida em direção ao que este viajante entendesse por ‘civilização’, semente a ser lançada por ele nessa terra que crê, paradisíaca ou infernalmente, em branco.”⁷³

Luccock, possuído daquela *sensação de não estar de todo* que acompanha o viajante em terras estranhas⁷⁴ pode, no entanto, fornecer uma visão do período diferente das dos seus contemporâneos Padre Gonçalves dos Santos e Debret, plenamente integrados à vida da corte no Rio de Janeiro. *Estupidez e sujeira*. Esta era a avaliação de Luccock a respeito dos hábitos e costumes dos habitantes do Rio de Janeiro em 1808. A aparência interna e externa dos edifícios públicos e particulares, a forma como eram feitos os enterramentos, a situação de clausura das mulheres, a falta de alternativas decentes de entretenimento culto (leia-se teatros), a falta de asseio da cidade e dos seus habitantes, a situação da pecuária, da pesca, da agricultura, do comércio e, principalmente, o desprezo da população

⁷² DEL BRENNNA, G. R., “Rio de Janeiro, Realeza e Realidade (1808-1821)”. In: *Anais do Seminário Internacional D. João VI: Um Rei Aclamado na América*, p. 21.

⁷³ SÜSSEKIND, op. cit., p. 13

⁷⁴ Mais uma vez, a expressão é de Flora Süssekind, e quer expressar um sentimento de não pertencimento, de deslocamento. *Ibid.*, p.21.

pela educação formal apontam, na visão de Luccock, para um estado de completa *falta de Civilização*.

Segundo o sociólogo alemão Norbert Elias, o termo *Civilização* pode referir-se a uma grande variedade de fatos, desde o nível de desenvolvimento da tecnologia e dos conhecimentos científicos, até às idéias religiosas e os costumes. Porém, segundo esse autor, esse conceito expressa, antes de qualquer coisa, *a consciência que o Ocidente tem de si mesmo*. O conceito de *Civilização* resumiria tudo em que a sociedade ocidental, desde o século XVIII, se julgava superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas, porém *mais primitivas* (ou menos *civilizadas*):

“Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo, e muito mais”.⁷⁵

Porém, *Civilização* não seria apenas um *estado*, mas sobretudo um *processo*. Na virada do século XVIII para o XIX, sob a influência das idéias iluministas, os países europeus consideravam o *processo de civilização* como terminado em suas próprias sociedades. Nesse momento em que a consciência da *Civilização*, vale dizer, a consciência da superioridade de seu próprio comportamento e sua corporificação na ciência, tecnologia ou arte começou a se espalhar pelas nações européias, estas, se autodefinindo como *nações civilizadas*, atribuíram a si próprias o papel de porta-estandartes do *processo civilizador*. Baseadas na idéia da sua superioridade, expresso no seu mais alto grau de *Civilização*, essas nações se vêem como as transmissoras a outrem dessa mesma *Civilização*. Essa idéia de sua superioridade passa a servir também, pelo menos às nações colonizadoras, como justificativa de seu domínio político no âmbito do colonialismo em expansão.⁷⁶

Elias estuda o *processo civilizador* em termos de um processo de transformação do comportamento humano. O controle dos sentimentos

⁷⁵ ELIAS, N., *O Processo Civilizador*, v. 1, p. 23.

⁷⁶ Luccock apresenta, pelo menos uma vez, em sua narrativa, esse sentimento de superioridade do um membro das *nações civilizadas*: “Quando pela primeira vez os ingleses principiaram a vir em grande número para o Brasil, esse mesmo sentimento foi expresso de várias maneiras. Não somente lhes reconheciam abertamente uma inteligência superior *que de-fato têm*, como, com infantil simplicidade, parecia o povo às vezes atribuir-lhes perfeições mais que humanas.” [grifo meu] LUCOCK, op. cit., p. 185.

individuais pela razão e a elevação do patamar de sentimentos como vergonha e repugnância eram sinais específicos de fases particulares da *marcha da Civilização*; e, a nível cotidiano, essa transformação do comportamento atingia desde as maneiras à mesa até a forma de falar. Esse autor mostrou como a sociedade de Corte, através de suas normas de etiqueta a serem observadas por todos aqueles que dela faziam parte (inclusive o rei), ocuparia um papel central nesse processo de controle das pulsões, emoções e afetos, e de interiorização individual das proibições sociais, que constitui o *processo civilizador*. Ao ponto de o conceito de *civilisé* ser originalmente uma continuação direta de outros termos com os quais os membros da corte gostavam de designar o seu próprio comportamento, tais como *cultivé*, *poli* ou *policé* (de onde derivam palavras como *polícia* e *policar*, e o sentido que tinham à época).⁷⁷

Dessa forma, no Brasil esse *processo civilizador* teria tido início na primeira metade do século XIX, sob o impacto da instalação de uma sociedade e de uma *sociabilidade de Corte* no Rio de Janeiro. Apesar de, em um primeiro momento, o Rio de Janeiro ter lhe parecido “o mais imundo dos ajuntamentos de seres humanos de-baixo do céu”,⁷⁸ ao voltar à cidade em 1813, após uma viagem ao Sul do país, Luccock se dedica a descrever todos os melhoramentos por que passou a cidade desde a sua chegada, identificando o caminhar desse processo civilizador. É dessa forma que ele observa melhorias na aparência geral da cidade, nos edifícios públicos e privados, nos hábitos dos moradores, na higiene pública e particular, nos divertimentos, nas artes, ciências, agricultura, comércio, indústrias e, até mesmo, no cerimonial da corte: “No período que decorreu desde a chegada da Rainha, notaram-se consideráveis progressos para situação mais favorável da capital do Brasil”.⁷⁹ Avaliação que ele repete em 1818, às vésperas da sua viagem de retorno definitivo à Inglaterra.

A própria presença maciça de estrangeiros no Rio de Janeiro durante o período de permanência da Corte, fossem eles comerciantes ingleses, artistas franceses ou cientistas austríacos, aponta para as mudanças pelas quais estava

⁷⁷ Como explica Elias, o que chamamos comumente de Corte era, fundamentalmente, o palácio do rei, príncipe ou potentado local (Versalhes é o exemplo mais significativo). Não por acaso, ressalta o antropólogo norte-americano Clifford Geertz, que estudou a monarquia balinesa do século XIX, que a palavra *Negara* tem o significado simultâneo e comutável de *palácio*, *capital*, *Estado*, *cidade*, *reino* e, em seu sentido mais lato, *Civilização*. Cf. GEERTZ, C., *Negara: O Estado Teatro no Século XIX*, p.14.

⁷⁸ LUCCOCK, op. cit., p. 90.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 162.

passando a cidade naquele momento. Pois, por um lado, a nova condição de Corte e sede do Império Português tirava o Rio de Janeiro do seu “isolamento colonial”; e, por outro, o maior contato com os representantes da *Civilização* favorecia o caminhar daquele processo civilizador.

Não que os estrangeiros fossem de todo desconhecidos no Rio de Janeiro antes da vinda da Família Real para a capital da colônia. Vide o número de relatos descrevendo a cidade, seu porto, suas riquezas e seus habitantes que vieram à luz durante os séculos XVI a XVIII, apesar da política metropolitana considerar o segredo um elemento fundamental na estratégia de conservação das suas colônias.⁸⁰ Provando que aquele “isolamento colonial” era apenas relativo. As colônias portuguesas da América eram mesmo, com frequência, escala obrigatória para os navios que, saídos da Europa em direção às Índias, necessitavam de água, mantimentos, consertos e cuidados com a tripulação doente.

Mas, nos diz Maria Fernanda Bicalho que, apesar relativa tolerância à passagem ou permanência de estrangeiros no Brasil, vigente nos primeiros séculos de colonização, o século XVIII se inicia com ordens explícitas da metrópole exigindo sua expulsão sumária das conquistas ultramarinas. Consistindo a única exceção naqueles que fossem casados com portuguesas, tivessem filhos e não exercessem atividade mercantil.⁸¹ Preocupava a Portugal, por um lado, o fortalecimento industrial da aliada britânica e o crescente assédio dos seus comerciantes e contrabandistas às suas colônias; e por outro, a presença de naus francesas, devido à delicada conjuntura política internacional na Europa.⁸² Apesar disso, o Rio de Janeiro foi passagem obrigatória de viagens científicas ilustradas durante todo o século XVIII. E a vigilância metropolitana nunca conseguiu impedir de todo o contrabando praticado entre ingleses e franceses e a população das colônias.⁸³

⁸⁰ A esse respeito ver BICALHO M. F., *A Cidade e o Império: O Rio de Janeiro no século XVIII*. Principalmente a primeira parte. p. 23 a 157.

⁸¹ BICALHO, op. cit., p. 36.

⁸² Que colocava Portugal e França em lados opostos e que resultou em duas invasões francesas ao Rio de Janeiro ainda no início do século XVIII (em 1710 e 1711).

⁸³ Particularmente com relação aos ingleses, a aliança luso-britânica, baseada na troca da proteção política da Inglaterra pelo apoio português nos conflitos europeus e vantagens comerciais à Inglaterra em possessões portuguesas ao redor do mundo, remetia à conjuntura da Restauração Portuguesa, no século XVII. Informa-nos Gilberto Freyre que desde aquela época foi dado aos ingleses o direito de manterem quatro famílias britânicas em cada cidade brasileira de importância comercial: Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Com o passar dos anos, essas vantagens foram ampliando-se, a ponto de ingleses conseguirem permissão para negociarem por conta própria de

A partir da abertura dos portos por D. João, porém, a presença estrangeira na cidade se tornou um fato tão corriqueiro que chegava a preocupar o Príncipe Regente. É necessário lembrar, como faz Lilia Schwarcz, que vivia-se o conturbado contexto de contestação do absolutismo, com o início do processo revolucionário de independência das colônias espanholas da América. Fazia-se necessária a prevenção contra a contaminação de exemplos tão próximos.⁸⁴ Pelo alvará de 10 de maio de 1808,⁸⁵ é criada a *Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil*, com o mesmo regimento, jurisdição e poderes do órgão semelhante que já existia em Lisboa desde 25 de junho de 1760, e sob a responsabilidade de Paulo Fernandes Vianna, que ocupou o cargo durante os 13 anos de permanência de D. João no Rio de Janeiro.⁸⁶ Cabiam à Intendência de Polícia tarefas que estavam de acordo com o significado do termo *policar* corrente à época. Esse termo é definido no Dicionário da Língua Portuguesa, de Antônio de Moraes e Silva, publicado em 1813, da seguinte maneira: “O governo, e administração interna da República, principalmente no que respeita às comodidades, i. é, limpeza, aceyo [sic], fartura de víveres, e vestiaria, e à segurança dos Cidadãos”.⁸⁷ *Policar* a cidade era dar *polimento* ao comportamento dos seus habitantes, aproximando-o daquilo que se considerava a *Civilização*. Assim, a Intendência de Polícia, ao lado de outras instituições, como a Biblioteca Pública, o Horto Real, o Teatro São João e a Imprensa Régia, desempenhava um importante papel na difusão da *Civilização* no Rio de Janeiro, atuando na *civilidade* de seus habitantes.

Unindo, nas palavras de Ilmar R. de Mattos, uma natureza repressiva e uma natureza administrativa, tinha como suas preocupações, além das funções edilícias

Portugal para o Brasil e vice-versa. Ver FREYRE, G., *Ingleses no Brasil: Aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*, p. 86.

⁸⁴ Ver SCHWARCZ, *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis*, p. 247.

⁸⁵ Essa é a data fornecida por Gonçalves dos Santos, na qual se baseia também Thomas Holloway (SANTOS, op. cit., tomo 1, p. 203. e HOLLOWAY, T. *Polícia no Rio de Janeiro*, p. 46.) Lilia Moritz Schwarcz fornece a data de 5 de abril de 1808. (SCHWARCZ, L. M., *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis*, p. 247).

⁸⁶ Até 26 de fevereiro de 1821, quando foi afastado, segundo Thomas Holloway, por exigência de um grupo de militares e civis que pressionaram D. João VI a adotar a Constituição liberal das Cortes de Lisboa, vindo a falecer pouco tempo depois, em 1º de maio do mesmo ano. HOLLOWAY, op. cit., p. 46/47.

⁸⁷ MORAES E SILVA, Antonio de, *Diccionario da Língua Portuguesa recopilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito acrescentado*, Tomo Segundo, p. 464. Apud., MATTOS, I. R. de. “A Instituição Policial e a Formação do Estado Imperial”. In: BRANDÃO, B. C.; CARVALHO, M. A. R. de; MATTOS, I. R. de. *A Polícia e a Força Policial no Rio de Janeiro*, p. 91.

e de repressão à desordem, coibir o trânsito na nova Corte de idéias e pessoas consideradas nocivas ao regime.⁸⁸ Eram suas atribuições: o arruamento, abertura, conservação e o asseio das vias e dos logradouros públicos; a fiscalização das edificações públicas e particulares, assim como das fontes e dos chafarizes, de todos os transportes de mar e terra, de todos os divertimentos públicos e das casas de jogos, botequins, casas de pasto, estalagens e albergues, e dos contratos de arrematação da iluminação, a extinção de incêndios, a repressão à mendicidade, à vadiagem e ao contrabando e fazer a estatística da população. Mas competia-lhe também: coibir delitos de imprensa exercendo a censura prévia; cuidar da expedição de passaportes e prover os serviços de colonização e legitimação de estrangeiros.⁸⁹ Como afirma Ilmar R. de Mattos, é possível concluir pelas vastíssimas atribuições que lhe cabiam, que a Intendência de Polícia era uma *espécie de Ministério*.⁹⁰ O Padre Perereca se refere da seguinte forma ao papel que deveria caber ao Intendente de Polícia:

“O qual fosse um vigilante sentinela da segurança pública, fazendo arredar dos nossos lares os espíões, e partidaristas dos franceses; e também velasse sobre os crimes secretos, que, forjados nas trevas em clubes, e lojas, arrebatam com explosão terrível com manifesta ruína do Estado, e da Religião (...); e da mesma sorte impedisse a intrusão de pessoas suspeitas, purgasse a cidade de vadios, e mal procedidos, castigasse os perturbadores da ordem civil, e das tranqüilidades das famílias, e os corruptores da moral pública”.⁹¹

Todo estrangeiro desembarcado no porto do Rio de Janeiro estava obrigado a se dirigir à Intendência de Polícia para se registrar. Obviamente, a vigilância mais cerrada se fazia sobre os franceses, pelo menos até 1815. Dessa forma, em março de 1811, o Intendente encarregava ao juiz do crime do bairro de Santa Rita, José da Silva Lourero Borges, de proceder a uma busca nos papéis de dois

⁸⁸ Ibid., p. 57. Para auxiliar o trabalho de natureza repressiva da Intendência de Polícia, foi criada por decreto de 13 de maio de 1809 a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia, sobre a qual falarei mais detalhadamente no último capítulo.

⁸⁹ Segundo informa José Luiz Werneck da Silva, a Intendência de Polícia vai manter estas atribuições até a instalação do Código Criminal de 1830; sendo finalmente extinta com a entrada em vigor do Código de Processo Criminal de Primeira Instância, em 1832, que praticamente acabou com todo o aparato judiciário criminal da colônia, do Reino Unido e do Primeiro Reinado que ainda existia. Cf. SILVA, J. L. W. da. “O Crescimento da cidade do Rio de Janeiro: de cidade colonial à corte imperial 1763-1831”, in: NEDER, G.; NARO, N.; SILVA, J. L. W. da, *A Polícia na Corte e no Distrito Federal*, p. 16 a 37.

⁹⁰ MATTOS, I. R. de. “A Instituição Policial e a Formação do Estado Imperial”, p. 92. Tanto Luccock quanto Debret chegam mesmo a denominar o Intendente de *Ministro da Polícia*. Cf. LUCCOCK, op. cit., p. 91. e DEBRET, op. cit., vol. 3, p. 87.

⁹¹ SANTOS, op. cit., tomo 1, p. 204.

franceses, Eugenio e Luis Perison, moradores na rua dos Pescadores, e chegados havia pouco de Buenos Aires, “a pretexto de uma denúncia de diamantes”:

“(…) e lhes apreenda todos os seus papéis que em gavetas, carteiras, bolsos e vestidos possam ter, e logo ali os examine a ver se lhes descobre alguma correspondência notas ou apontamentos de estarem aqui suscitando ou procurando suscitar alguma correspondência revolucionária com os de Buenos Aires, e a menor idéia que disto ache, os fará passar à Cadeia. (...) No caso de nada lhes achar, os deixe dando-lhes idéia de que procurava diamantes, [e] de que estavam denunciados”.⁹²

Em ofício datado de 30 de julho do mesmo ano, o intendente de Polícia informava ao Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, que mantinha presos outros dois franceses pelo fato único de serem franceses:

“III.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor, tenho há muitos tempos na cadeia Luis Nicolau e José Merinier, franceses. Este preso na corte e aquele na vila das Alagoas por serem franceses e ter-se suspeitas de que poderiam ser espias. Mas dos processos estão elas desvanecidas ou, ao menos, não são bem fundadas. E estou que não devem aqui estar, e entendia que em algum brigue de guerra ou nos correios deveriam ser mandados para Portugal, para seguirem para a Inglaterra e limpamos o Brasil desta raça que julgo aqui muito prejudicial porque assim se tem mostrado em toda parte, não parecendo humano nem prudente que, sem culpa, apodreçam na cadeia”.⁹³

Apesar de não serem culpados de nenhum crime e, por isso, a sua prisão parecer *desumana* ao Intendente, estava fora de cogitação pôr os dois franceses em liberdade, preferindo-se enviá-los para a Inglaterra, por precaução. Em Setembro, Vianna ordenava ao juiz do crime do bairro da Candelária, Agostinho de Petra Bitancourt, que embarcasse os dois franceses no primeiro navio que estivesse de partida para Lisboa.⁹⁴ Símbolo das mudanças pelas quais passa a cidade, elemento de difusão cotidiana do *processo civilizador*, também os métodos de atuação da polícia pareciam *pouco civilizados* ao julgamento de Luccock. Principalmente pelo recurso à tortura:

“Fomos de novo procurar pelo Ministro [da Polícia] que (...) informou-nos que o indivíduo fora preso desde a noite que se seguira ao furto e que tendo tido os polegares torturados, não confessara o delito; acrescentou achar que isso provinha mais de dureza do que de inocência, lembrando a conveniência de uma segunda tortura. Alarmados com a idéia, pedimos que não se recorresse a tal medida”.⁹⁵

⁹² Arquivo Nacional. Polícia da Corte. Códice 329, vol 1. f. 17v. Em todas as transcrições de documentos, optei por modernizar a grafia e a pontuação para facilitar a leitura.

⁹³ Arquivo Nacional. Polícia da Corte. Códice 323, vol. 3. f. 60.

⁹⁴ Arquivo Nacional. Polícia da Corte. Códice 329, vol 1. f. 89 e 89v.

⁹⁵ LUCCOCK, op. cit., p. 92.

Significativamente, muito do melhoramento que Luccock observa na cidade em 1813 e 1818, devia-se, segundo a sua avaliação, ao contato com os representantes dos *povos civilizados*:

“Quando da minha primeira estada, havia muitas relações entre ingleses e gente da terra. Os estrangeiros faziam o que podiam por acompanhar os gostos e as maneiras dos residentes; no entanto e a pouco e pouco, sendo as visitas feitas e pagas, nossos modos e usos foram se introduzindo entre eles”.⁹⁶

O *processo civilizador* por que passa a sociedade do Rio de Janeiro pode ser interpretado, então, como um processo de *europeização dos hábitos* da população colonial. Tal processo, segundo Gilberto Freyre, teria representado a face cultural da derrocada do monopólio comercial português, com o estabelecimento de um monopólio econômico e cultural franco-britânico, onde os franceses se especializaram no comércio de luxo e da moda, e os ingleses concentraram-se nos produtos da sua revolução industrial. Dessa forma, a substituição, por produtos ingleses, dos produtos orientais que chegavam ao Brasil desde o início da sua colonização através de Portugal, senhor de múltiplas colônias no Oriente, é o aspecto material desse *processo civilizador*. Freyre se refere à substituição das sedas e cetins orientais por fazendas de algodão inglesas, assim como a substituição de louças asiáticas por louças inglesas (o *Almanaque do Rio de Janeiro* de 1792 mencionava a existência de nada menos do que doze lojas de louça da Índia no Rio de Janeiro).

Os leilões também tiveram importância muito grande nessa difusão dos artigos ingleses. Utilizado originalmente pelos comerciantes ingleses como expediente para se desfazerem do excesso de estoque que trouxeram para o Rio de Janeiro, os famosos *leilões de ingleses*, nas palavras de Freyre, “serviram para educar muito brasileiro em assuntos de conforto doméstico”.⁹⁷ Enquanto Olga Pantaleão nos informa que já em 1808 numerosos leilões foram feitos no Rio de Janeiro. E o leiloeiro inglês ficou sendo figura importante nos meios cariocas.⁹⁸ O

⁹⁶ Ibid., p. 83. Concentrando-se no Primeiro Reinado, Debret também atribui ao convívio com os europeus os *progressos da Civilização* porque passa a sociedade do Rio de Janeiro: “Os progressos sempre crescentes da civilização brasileira serviram então os desejos de D. Pedro, permitindo dar-se aos apositos imperiais toda a elegância de detalhes que encantam nos hábitos europeus”. DEBRET, op. cit., vol. 3, p. 85.

⁹⁷ FREYRE, op. cit., p. 121.

⁹⁸ PANTALEÃO, O., “A presença inglesa”. In: HOLANDA, S. B. de (org.). *O Brasil Monárquico – O Processo de Emancipação*, p. 77.

próprio Luccock apelou para esse expediente, pelo menos uma vez, durante a sua estada no Brasil. Vindo como representante da firma Lupton & Co., da cidade de Leeds, Luccock pensava negociar com lãs, tanto ordinárias quanto superfina, esperando encontrar facilidade em vendê-las. Não encontrando no Rio, porém, um mercado favorável, deslocou-se para o Sul. Mas aí as condições também não eram convenientes aos negócios. A falta de moeda corrente era tal que dificultava qualquer negócio normal. Sem compradores, Luccock foi obrigado a liquidar em leilão grande parte de seu estoque e ao fim de três anos, embarcou para a Inglaterra. Retornou ao Brasil pouco tempo depois com novo estoque de mercadorias, mais adequado às condições do comércio local.

O comércio e a classe comercial assumem, dessa forma, importante papel como incentivadores e difusores dos novos *hábitos civilizados*, embutidos nas mercadorias que traziam do centro do *mundo civilizado*. Os ingleses e franceses no Brasil, ao fim e ao cabo, comerciavam não apenas moda ou produtos industrializados, mas *Progresso e Civilização*.⁹⁹

Dessa forma, à medida que a Corte se deixava ficar no Rio de Janeiro, mesmo após a expulsão dos franceses de Portugal, atraindo europeus do centro da *Civilização*; modificando o espaço urbano e os seus usos pela atuação da Intendência de Polícia; e protagonizando aquela *interiorização da metrópole* de que fala Maria Odila da Silva Dias, exemplificada com os investimentos locais que faziam os principais homens de negócios da Corte;¹⁰⁰ a cidade começa a exercer, nas palavras de Oliveira Lima, um *efeito centrípeto de Civilização* sobre toda a colônia. Exercendo o papel de centro difusor para o restante da colônia daquele do *processo civilizador* de matriz européia ligado à instalação da Corte na cidade.

⁹⁹ Não é outro o motivo pelo qual o Padre Perereca concede especial importância à Carta Régia de Abertura dos Portos. Estava difundida na mentalidade da época a idéia de que o comércio e a indústria eram os dois principais agentes do progresso e da Civilização. No seu livro, ele fornece uma definição lapidar de Civilização e seus componentes, que chama a atenção para esse fato, assim como para a necessidade de contato com as *nações civilizadas*: “Sendo a mútua comunicação dos povos a origem da civilização, pois por meio dela gira o comércio, aumenta-se a indústria, aperfeiçoam-se as artes, difundem-se os conhecimentos científicos, estreitam-se os laços da sociedade, e consolida-se o corpo da nação”. Cf. SANTOS, op. cit., vol. 1, p. 316.

¹⁰⁰ DIAS, M. O. da S., “A interiorização da metrópole (1808-1853)”. In: MOTA, C. G.. *1822: Dimensões*, p. 160 a 184.